

## **RIO DE JANEIRO EM ESTADO DE GUERRA: OPERAÇÕES POLICIAIS, LETALIDADE E O VAZIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Por, Prof. Julênio Braga ( Professor, Publicitário, Gestor Desportivo e de Lazer, Mestre em Gestão e Modernização Pública, Doutor em Educação, Especialista em Ciência Política e MBA em Gestão De Cidades)

Nas últimas semanas, o Rio de Janeiro foi palco da maior tragédia urbana da década, com a deflagração da operação policial mais letal da história do estado: ao menos 121 mortes, incluindo moradores civis, jovens de periferia e policiais, nos complexos do Alemão e da Penha. O espetáculo midiático enalteceu o feito como um “duro golpe” contra o crime organizado, enquanto o governo estadual e setores da direita se apressaram em capitalizar a cena bélica, transferindo toda a responsabilidade pela insegurança à vida comunitária pobre, em vez de enfrentar as raízes do problema.

A amplificação midiática normaliza a letalidade policial e esvazia o debate público, alimentando, sobretudo entre a população menos informada, o discurso de que a guerra nas comunidades é um mal necessário. Entretanto, os impactos dessas megaoperações são incalculáveis e vão muito além do número de mortos: interrupção de serviços, fechamento de escolas e hospitais, prejuízos à economia local e à mobilidade urbana. Estudo da Confederação Nacional do Comércio estima uma perda anual de R\$11,5 bilhões para o estado do Rio devido à violência urbana e crimes violentos, o que representa quase 1% do PIB estadual. A instabilidade crônica afasta investimentos e perpetua o abandono, dificultando a criação de empregos e renda nas áreas que mais carecem de oportunidades.

Enfrentar o crime apenas na base ignora a estrutura sofisticada das facções criminosas. O principal alvo da recente operação, opera um verdadeiro modelo mafioso, controlando grande parte das atividades ilegais e impondo “pedágio social” sobre os serviços essenciais e negócios locais. Além do tráfico de drogas, essas lideranças comandam extorsão, lavagem de dinheiro e fraudes, articulando alianças interestaduais e dominando tecnologias avançadas para proteger seus territórios e expandir influência. Milícias e narcomilícias ocupam hoje mais de metade do território urbano do Rio, revelando um cenário de absoluta perda de controle estatal.

A recente ADPF das Favelas, decisão do STF para reduzir a letalidade policial, impôs restrições às operações e, paradoxalmente, acelerou a resistência violenta das facções, que expandiram territórios e reforçaram arsenais bélicos. Desde sua implantação, confrontos armados atingiram números recordes de mortos, e o Estado segue distante das exigências de transparência, controle e responsabilização. O descumprimento dos protocolos rigorosos exigidos pelo Supremo, como o uso de câmeras, presença de ambulâncias e preservação de locais de crime, escancara o colapso da política de segurança pública no Rio.

A resposta governamental limita-se a operações ostensivas e à criação de escritórios emergenciais, sem investir em inteligência policial, perícia técnica ou responsabilização efetiva. Se o crime ocupa o vácuo estatal, substitui regras e serviços públicos, é porque o poder público falhou em construir cidadania e justiça nos territórios periféricos. Os tentáculos do tráfico chegam ao mercado internacional, enquanto lideranças do setor privado lucram mais que qualquer morador de favela, perpetuando o ciclo de desigualdade e violência.

A solução exige muito mais do que operações pontuais: é preciso implementar uma política pública integrada, profunda e contínua, que concilie segurança com desenvolvimento social. O

Estado do Rio e o governo federal devem articular um programa multissetorial, com escolas em tempo integral, formação profissional, serviços de saúde mental e assistência social permanente em comunidades vulneráveis. Tabus como o racismo estrutural, que condiciona a atuação policial em territórios majoritariamente negros e pobres, precisam ser enfrentados com participação comunitária e controle social real.

A investigação dos fluxos financeiros das organizações criminosas, o confisco de bens dos chefes de facções, e o fortalecimento da inteligência policial são ações indispensáveis para descapitalizar o crime. Gabinetes locais de articulação entre poder público, coletivos comunitários e ONGs devem ser instituídos para desenhar políticas adequadas à realidade de cada bairro, garantir transparência, aferir resultados e punir abusos. A repressão deve ser inteligente e seletiva, respeitando direitos humanos, e jamais transformando as comunidades em campos de batalha.

É chegada a hora de abandonar o ciclo da guerra urbana e exigir dos governos compromisso efetivo com uma agenda estruturante, democrática e inclusiva. Combater o crime verdadeiramente não é eliminar corpo e rosto, mas minar suas bases: desigualdade, abandono estatal e falta de cidadania. O caminho passa por oportunidades concretas e justiça social e só então será possível romper com as tragédias que se repetem nas favelas do Rio, devolvendo esperança às suas populações.

#### FONTES:

1. <https://apublica.org/2025/10/rj-tem-operacao-mais-letal-de-sua-historia-seis-meses-apos-reviravolta-na-adpf-das-favelas/>
2. <https://www.migalhas.com.br/amp/depeso/443432/operacao-no-alemao-e-penha-o-colapso-da-seguranca-publica-no-rio>
3. <https://www.cut.org.br/noticias/apos-barbarie-no-rio-camara-federal-acelera-tramitacao-da-pec-da-seguranca-publi-9a1b>
4. <https://nossacausa.com/2025/10/letalidade-da-operacao-contencao-desrespeita-comunidades-dizem-ongs/>
5. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/atualizacao-numero-mortos-operacao-rio-de-janeiro.ghtml>
6. <https://ihu.unisinos.br/659241-governador-chama-operacao-com-mais-de-cem-mortes-de-sucesso>
7. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-10/megaoperacoes-geram-prejuizos-e-nao-trazem-paz-apontam-especialistas>
8. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-10/favelas-e-ongs-sobre-mortes-no-rio-seguranca-nao-se-faz-com-sangue>
9. <https://www.dw.com/pt-br/do-cv-ao-pcc-como-opera-o-crime-organizado-no-brasil/a-74546671>
10. <https://www.brasildefato.com.br/2025/10/29/quem-lucra-com-o-trafico-nao-mora-na-favela-diz-sociologo-sobre-chacina-no-rio/>
11. <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>
12. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/comando-vermelho-como-surgiu-e-se-espalhou-a-maior-facciao-do-rio/>

13. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-policia-relata-expansao-do-crime-organizado-apos-stf-restringir-acoes-em-favelas/>
14. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rio-de-janeiro-como-stf-contribuiu-para-caos-seguranca-publica-estado/>
15. <https://www.migalhas.com.br/quentes/443335/rio-de-janeiro-descumpriu-decisao-do-stf-na-adpf-das-favelas-entenda>
16. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/10/governo-do-brasil-cria-escritorio-emergencial-de-combate-ao-crime-organizado-no-rio>
17. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202510/governos-do-brasil-e-do-rj-criam-escritorio-emergencial-de-combate-ao-crime-organizado>
18. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/10/29/paim-critica-violencia-de-acao-policial-no-rio-e-defende-pec-da-seguranca>
19. <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16284/9140/0>
20. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-licoes-da-operacao-policial-contra-narcotraficantes-no-rio-de-janeiro>
21. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/megaoperacao-especialistas-debatem-como-enfrentar-crime-organizado-no-rj/>
22. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/10/28/na-historia-do-rio-combate-ao-crime-organizado-ja-produziu-situacoes-e-cenas-tipicas-de-guerras.ghtml>
23. <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-adpf-das-favelas-e-oportunidade-de-melhorar-a-seguranca-do-rio-de-janeiro/>
24. <https://apublica.org/2025/10/operacao-no-rio-de-janeiro-coloca-em-questao-o-proprio-estado-democratico-de-direito-diz-especialista/>